

Orçamento de 1987 e reforma administrativa saem logo

O Orçamento Unificado da União terá receita e despesa equilibradas em Cr\$ 378 bilhões em 1987, segundo documento a ser enviado pelo presidente Sarney ao Congresso até sexta-feira. Na próxima quarta-feira, o presidente dará início à reforma administrativa, assinando oito decretos, entre eles o que extingue o Dasp e cria, em seu lugar, o Ministério da Administração Pública.

O ministro do Planejamento, João Sayad, comentou que a nova previsão de receita corresponde a um aumento real de 10% em relação à reestimativa de receita para este ano, da ordem de Cr\$ 340 bilhões (contra uma estimativa original de Cr\$ 290 bilhões).

Ele frisou que o orçamento projeta uma inflação zero para 1987, mantendo-se inalteradas as despesas com pessoal e encargos sociais em Cr\$ 105 bilhões.

O crescimento da receita da ordem de 10% ou Cr\$ 34 bilhões, apesar de uma previsão de inflação nula, é explicado em parte pela expectativa de crescimento do produto interno bruto (PIB) em torno de 7% ao ano, previsto no Plano de Metas do governo, e em parte pelo ajuste de receitas dentro do próprio orçamento.

O destaque nas despesas do governo no próximo ano continuará sendo o setor social, basicamente nos setores de saúde, educação, alimentação, programas de desenvolvimento rural e habitação onde o governo pretende concentrar o grosso dos investimentos. Continuarão sendo destinados recursos à conta orçamentária para fazer frente às despesas com produtos subsidiados, como trigo, açúcar e álcool.

Reforma

Quanto à reforma administrativa, auxiliares do presidente José Sarney disseram que não serão anunciadas decisões de impacto. Os decretos, de acordo com esses assessores, apenas marcarão o início do processo. Tanto assim que o ato será simples, sem discursos do presidente Sarney, que apenas assinará os decretos na presença dos ministros da Casa e dos ministros envolvidos com a reforma administrativa.

Os oito decretos que o presidente assinará tratarão da criação do Ministério da Administração Pública e extinção do Dasp, fixação de diretrizes e prioridades para a reforma administrativa, criação do Cadastro Nacional de Pessoal Civil, do Sistema de Controle de Pagamento de Pessoal, do Sistema de Auditoria de Pessoal, do Sistema de Controle e Fiscalização das Estatais, do Sistema Jurídico da Administração Federal e criação da Escola Nacional e de Centros de Desenvolvimento da Administração Pública.

O presidente Sarney ainda poderá assinar outros atos, regulamentando o Serviço Nacional de Protocolo, a Central de Veículos de Serviço e a Mala Oficial.

Segundo o ministro da Administração, Aluizio Alves, até outubro o governo vai concluir o Plano de Classificação de Cargos (PCC) do Funcionário Público, que incorpora as gratificações existentes aos salários e estabelece para os servidores que ocupam cargos técnicos melhores salários. Alves afirmou tratar-se de um "sonho" pagar salários condizentes com a iniciativa privada mas, "dependendo da disponibilidade de recursos" o governo vai atender à reivindicação.

Paralelamente ao PCC, o governo vai anunciar a criação de tabelas para pessoal de apoio (vigilantes, copeiros, ascensoristas) contratados através de empresas prestadoras de serviço. De acordo com o ministro, o sistema atual para ocupação desses cargos é "errado" pois o ministério recebe a verba global e ele mesmo decide se vai pagar 10 salários baixos ou 2 salários altos. Informou ter conhecimento de casos em que os órgãos públicos burlam o faturamento, contratando secretárias com o salário de vigilantes.

A intenção, de acordo com o ministro, é coibir estes abusos. Ele também acredita que o novo regime do funcionalismo vai auxiliar o governo na contenção de seus quadros.